

## RESENHA: PARA ALÉM DO PEDAGÓGICO

NELSON LAMBERT DE ANDRADE<sup>1</sup>

Em “Para Além do Pedagógico”, a professora Neide Pena Cária alerta para alguns movimentos que estão transformando o cenário educacional, notadamente a gestão das escolas e a organização do trabalho educativo, com a participação do empresariado na gestão da educação pública, o que tem motivado debates e pesquisas com argumentações diversas. O debate apresentado pela autora gira em torno de questões que emergiram durante o percurso de sua pesquisa para a tese de doutorado, em que se investigou a inserção do setor educacional privado nas redes de educação pública.

Muito se propõe ao longo dos capítulos na direção de revelar as implicações da lógica de mercado na educação pública. Para o desenvolvimento do livro a autora foi didática ao optar por organizar o texto da seguinte forma, além da apresentação e introdução, na seção um elenca aspectos metodológicos, trajetórias e travessias; na seção dois descreve o modelo gerencial da educação no Estado de Minas Gerais; na seção três apresenta algumas mudanças na gestão da educação pública; na parte quatro, ao discorrer para além do pedagógico, apresenta a pesquisa realizada, seu cenário, procedimentos e um olhar para o discurso das empresas educacionais. Na seção cinco contempla as reformas educativas e as mudanças no mundo contemporâneo, a discussão, análise e interpretação dos resultados, a partir das categorias identificadas nas respostas dos gestores pesquisados, procurando fazer as inter-relações do discurso das empresas no contexto das reformas e a autoavaliação institucional com o processo de tomada de decisões, trazendo-os ao debate de modo articulado com o referencial teórico selecionado, e, finalmente, alinhava as considerações finais.

A discussão se amplia, denunciando que o escopo das reformas educacionais brasileiras subordina a educação do Brasil ao capital internacional que, por ser globalizado, acaba influenciando a gestão da educação, notadamente nesta época em que fusões, cisões, incorporações, mudança de manutenção aceleram a inserção de empresas gigantescas nas redes municipais de educação básica. A

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Docente da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás. E-mail: n.lambert@uol.com.br.

autora supera o senso comum ao citar diversos textos oriundos de outros estudos que também nos dão conta desse movimento em quase todos os Estados da federação brasileira, o que têm suscitado relevantes pontos para o debate. Refiro-me às constatações de pesquisa que se convergem, indicando a existência de uma nova forma de gestão, calcada em parâmetros mercadológicos, também denominada de “gerencialismo”, ideia muito bem explorada pela autora que se materializa na expressão “para além do pedagógico”. Essa lógica é entendida na obra em análise como competitividade, seletividade, controle, *accountability*, gestão por resultados com foco na eficiência e eficácia, termos que a educação tem incorporado de outras áreas, que de uma forma ou de outra dão forma, prioritariamente, ao lucro.

Neide Pena Cária traz à cena a metáfora da “encruzilhada”, imposta por políticas que geram discursos e discursos que viram políticas e tece uma interessante discussão sobre a complexidade que envolve uma política educacional com fulcro das áreas do Direito, da Administração, da Ciência Política, da Publicidade e, principalmente, da Linguagem, tomando como fundamento a Análise do Discurso em Pêcheux e Orlandi. Ao mesmo tempo, esclarece que a sua leitura parte de um trabalho originado de pesquisa científica e não empírico, apesar de recortar um discurso divulgado na mídia eletrônica para fixar um olhar no discurso dos empresários educacionais, que também serviu como *corpus* da análise, mesmo reconhecendo a opacidade e incompletude da linguagem, bem como outros olhares possíveis. Ressalta que sua análise não se limita a entender apenas o discurso mercadológico presente nas falas dos empresários educacionais, mas suas conclusões são instigantes, materializadas na forma com que a autora analisa a lógica do que vai “além do pedagógico”, sempre pela via discursiva, utilizando mecanismos de linguagem que camuflam o real interesse dos empresários educacionais, tirando proveito justamente na “falta” do Estado na garantia do direito do cidadão.

A autora apresenta estudos das características dos chamados sistemas de ensino apostilados e chama atenção para os mecanismos de execução, com especial ênfase ao “grande potencial de lucro que os alunos da rede pública representam para os olhos dos empresários educacionais”. A autora apresenta uma série de denúncias, intrigando, instigando e motivando os leitores a uma visão mais crítica no interior das instituições de ensino, provocando a necessidade de novas leituras no que se refere aos aspectos sociais apresentados pelas novas políticas educacionais, pós-reforma, sem desconsiderar o aspecto funcional da melhoria da qualidade da educação básica para o cidadão, no entanto, questionando o critério absoluto de qualidade centralizado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Ao fazer essa discussão, a autora revela dados que evidenciam como Ideb e a qualidade

da educação tornaram-se detonadores de parcerias entre rede pública de educação municipal e empresários educacionais.

O estudo da autora parte do modelo gerencial da educação no Estado de Minas Gerais, que, a partir da década de 1990, implementou um programa preconizado pelo Banco Mundial como “Pro-qualidade”. Os programas abarcam processos avaliativos e de concorrência, além dos critérios de qualidade, racionalidade econômica e de produção, introduzindo na administração pública do Estado a lógica gerencial. Um dos motes do Programa era garantir às escolas da rede pública *expertise* gerencial do controle de qualidade. Os programas fizeram parte da reforma da administração governamental, com o chamado “choque de gestão”, no Governo Aécio Neves e de Antônio Anastasia. Os efeitos do “choque de gestão” na aplicação dos recursos para a educação e para a remuneração do magistério passaram a ser instrumentalizados com base em metas e indicadores de desempenho estabelecidos pela escola e controlados pelo Estado.

Olhando para a educação pública na mira da lógica empresarial, Neide Pena Cária demonstra que a aquisição de materiais apostilados por redes públicas é uma das formas de privatização da educação, pois tem implicações na gestão da escola, na realização do trabalho pedagógico e é também mais uma forma de repasse das verbas públicas ao setor privado e aos grandes grupos, que atualmente são verdadeiros oligopólios da área educacional. A autora afirma que “a educação tornou-se cada vez mais sujeita a prescrições e regras do poder econômico [...]”. A aquisição do material apostilado de sistemas de ensino privados pelos municípios localizados do Sul de Minas Gerais confirma vários aspectos de ordem mercadológica e também pedagógicos. Os dados revelam o aumento da nota do Ideb dos municípios que adotam parcerias com os sistemas de ensino, mas também limitam a ação do professor, promovem a padronização e homogeneização das aulas, desconsiderando a diversidade e as desigualdades regionais de nosso País. Se por um lado, a ideia de que o professor passa a ser um executor de tarefas, que fica alijado da tarefa de pensar, preparar e planejar suas aulas, organizar os recursos que considerara mais adequados aos seus alunos, por outro, dados coletados na pesquisa, apresentados pela autora, dão-nos conta de que há uma certa acomodação e conforto de alguns profissionais em receber o material apostilado.

A autora observa ainda uma acomodação dos pais e dos alunos por diminuírem o peso do material transportado à escola, não havendo necessidade de copiar da lousa e ainda fazer as anotações no próprio material. Entretanto, ressalta a qualidade das análises do discurso das empresas no con-

texto das reformas, quando a autora, fundamentando-se na perspectiva discursiva, considera os efeitos de sentido das falas presentes nos sites das empresas, que tomam, ideologicamente, o discurso governamental presente em documentos oficiais para comercializar seus produtos e suas ideologias, deixando manifestas as relações de poder na materialidade do discurso da democracia, do direito e da qualidade da educação. E afirma que “a materialidade discursiva é interpretada na relação do fato de a empresa destinar sistemas de ensino para escolas públicas diferenciados das escolas privadas” e observa que “há um jogo discursivo que evidencia os direitos do sujeito aluno em confronto com os deveres do município”.

Nas considerações finais há uma série de denúncias acerca da segregação cada vez maior da sociedade ao se utilizar de marcas consagradas no ensino particular para mascarar um outro tipo de material e conteúdo para o ensino público, utilizando sempre a lógica capitalista, “com fortes implicações no currículo”. Por trás desses apelos, há uma indústria de material pedagógico que, no ambiente educacional, se traduz em um processo silencioso de alienação. “Isso pode ser considerado apenas a ponta do iceberg”, afirma a autora, uma vez que os municípios compram materiais privados, mas também recebem livros didáticos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Governo Federal. Essa situação fica ainda mais grave com o processo de fusão ou compra desses grupos educacionais privados por grandes empresas multinacionais. À semelhança de outros países, ditos mais desenvolvidos, o uso dos sistemas apostilados na rede pública se ampara ainda em uma retórica de qualidade atrelada ao sentido econômico. A autora conclui que esse sentido de qualidade de educação, apesar de polissêmico e contraditório, vem rapidamente se impondo no campo educativo, induzindo e patrocinando a mercantilização da educação.

Por fim, é destacado que tratar a educação como mercadoria permite esse tipo de interpretação, visto que a comercialização dos sistemas de ensino e de materiais didáticos para o setor público, particularmente, os municípios, passou a ser um grande negócio, principalmente a partir do início deste século. Neide Pena Cária ressalta a necessidade de haver um maior acompanhamento dos recursos destinados à educação, das licitações, do controle orçamentário por parte das controladorias das prefeituras e tribunais de contas, sobre esse setor. E isso está em destaque quando a autora afirma que o processo de pesquisa trouxe mais questões do que respostas e, em seu último parágrafo, afirma que não estamos em um ponto de chegada, mas num processo de travessia. Assim defende que a luta deve ser diuturna para a educação ser considerada, de fato, como direito público e dever do Estado, bem como receber todas as condições para que possa, dentro dos princípios da gestão democrática,

com valorização do cidadão, da escola, da profissão docente, garantir a “travessia” para a escola pública de qualidade, neutralizando a mercantilização do ensino.

Apresento ao leitor o resultado de minha leitura acreditando que este será partícipe do processo de reflexão sobre a obra. Creio que esse é o papel da pesquisa, o de desvelar o real “num ir e vir” no cotidiano das práticas que merecem ser discutidas. Vale a pena conferir o texto completo do livro.

## Referência

CÁRIA, N. P. **Para além do pedagógico**: mudanças na gestão da educação com a participação do setor privado. Campinas: Pontes, 2016.

Recebido em 04/10/2016.

Aprovado em 21/02/2017.